

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Portaria 015/2020.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Afonso Claudio/ES, 01 de julho de 2020.

João do Carmo Dias

Presidente do Consórcio Público Rio Guandu

### **PORTARIA 022-2020 CULTIVAR CONTRATO 002-2019**

Publicação Nº 283353

PORTARIA Nº 022/2020.

Designa Gestor e Fiscais do Contrato nº 002/2019 firmado entre o Consórcio Público Rio Guandu e a empresa Agroplant Consultoria LTDA, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Público Rio Guandu, no uso de suas atribuições, com poderes que lhe conferem a Cláusula Décima Segunda, § 1º, Inciso VII do Contrato de Consórcio Público, de 18 de dezembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a funcionária Sandriane Küster Nardi da Silva para atuar como gestora do Contrato nº 002/2019 e os funcionários Lucas José Mendes e Luiz Pego da Silva para atuarem como fiscais do Contrato nº 002/2019, firmado entre o Consórcio Público Rio Guandu e a empresa Agroplant Consultoria LTDA, oriundo da Tomada de Preço nº 002/2019, para execução de serviços de Conservação de Água e Solo no Município de Brejetuba/ES, visando a execução do Contrato de Repasse Nº 858709/2017 firmado entre o Consórcio Público Rio Guandu e o Ministério do Meio Ambiente – MMA/ Agência Nacional de Águas – ANA/ CAIXA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Portaria 016/2020.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Afonso Claudio/ES, 01 de julho de 2020.

João do Carmo Dias

Presidente do Consórcio Público Rio Guandu

### **PORTARIA 023-2020 CULTIVAR CONTRATO 003-2019**

Publicação Nº 283356

PORTARIA Nº 023/2020.

Designa Gestor e Fiscais do Contrato nº 003/2019 firmado entre o Consórcio Público Rio Guandu e a empresa Agroplant Consultoria LTDA, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Público Rio Guandu, no uso de suas atribuições, com poderes que lhe conferem a Cláusula Décima Segunda, § 1º, Inciso VII do Contrato de Consórcio Público, de 18 de dezembro de 2014.

RESOLVE: